

Rede pública terá pré-escola e seis horas de aula

BRASÍLIA — A criação de pré-escolas da rede pública em todo o país, o aumento dos dias letivos e da carga horária e autonomia para as universidades gerenciarem os recursos financeiros são algumas das inovações a serem adotadas em 1991, dentro do novo Programa Nacional de Educação, a ser lançado oficialmente até o dia 15 do próximo mês.

O governo vai enviar ao Congresso um Projeto-de-Lei propondo a ampliação do ano letivo de 180 para 200 dias e da carga horária de quatro para seis horas. "A idéia é dividir os turnos diários de forma que o horário das aulas termine ou comece sempre ao meio-dia, permitindo que os alunos almoce na escola", explica o ministro da Educação, Carlos Chiarelli, que ontem acertou os últimos detalhes do projeto em audiência com o presidente Fernando Collor.

O aumento da carga horária, no entanto, ocorrerá progressivamente, de acordo com a folga orçamentária do governo federal, já que implica em construção de novas escolas. "A nossa carga horária só é semelhante à das escolas da África ou de alguns países da América Latina", compara o ministro, que também pretende atualizar o currículo escolar.

O ministro ainda não sabe quantas pré-escolas serão criadas de imediato, mas garante que o orçamento de 1991 reserva Cr\$ 2,8 bilhões para o programa. Para o segundo grau, o plano prevê para 1990 a retomada da construção das 54 escolas técnicas e agrotécnicas que estão com as obras paralisadas. O Brotec, plano de construção de escolas técnicas, previa a construção de 200 novas escolas técnicas e agrotécnicas, mas foram erguidas apenas 24. Também consta nos planos do governo a construção de 30 escolas agrotécnicas do primeiro grau, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento para Educação (FNDE).

O governo, segundo explicou o ministro, irá finalmente cumprir a Constituição e dar autonomia às universidades na gerência dos recursos financeiros. "Os reitores terão o direito de gastar, mas não poderão pedir mais recursos", avisa o ministro, lembrando que o governo não vai repassar "um tostão a mais do que têm direito". Com a autonomia, as universidades poderão reajustar os salários dos professores da forma que melhor lhes aprouver e abrir concursos para novas contratações de pessoal.

No próximo ano terá início também a construção de escolas ecológicas do primeiro e segundo graus. A idéia surgiu em conversas do ministro da Educação com o secretário de Meio Ambiente, José Lutzenberg. O objetivo não é apenas ensinar ecologia, mas incentivar as pessoas a participar do processo de preservação do meio ambiente. A primeira escola, que já está sendo construída em Porto Seguro (BA), irá formar alunos que, além do conteúdo normal do primeiro e segundo graus, ganharão uma carga maior de conhecimentos ecológicos. Outras escolas desse tipo serão construídas no Pantanal e na região da Floresta Amazônica.

Os alunos de outras escolas comuns também terão ensinamentos sobre ecologia, dentro da atualização curricular. Serão incluídos ainda temas como prevenção do uso de drogas, acidentes de trabalho, educação de trânsito, formação do consumidor, sexologia, entre outros. Esses assuntos não terão caráter reprovatório, mas informativo. Todos os professores terão aulas de atualização promovida pelas universidades.